

# humanitas

Vol. LVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# HUMANITAS

Vol. LVI • MMIV



justificar essa sua opção; não só não obtemos uma correspondência consonántica total, como também e sobretudo ficamos com uma expressão portuguesa extensa e pesada, em que não sinto traduzido o voo do sintagma grego. Também me pergunto o porquê das traduções diferentes para o epíteto de Zeus *nephelegeréta* «que comanda as nuvens» (e. g. 5. 21) e «que amontoa as nuvens» (e. g. 13. 139, 153). Não considero «morte escarpada» a interpretação mais feliz para *aipún ólethron* (1. 11). Gostaria mais, por outro lado, que, no verso 2. 257, a tradução mantivesse a dupla acção ligada por copulativa - algo como «Assim falou e dissolveu a assembleia basicamente» -, em vez «Assim falou, dissolvendo rapidamente a assembleia».

Apesar de discordâncias que sempre existem e de possíveis imperfeições que sempre será possível apontar - a perfeição é própria dos deuses e nós somos humanos - é evidente a mestria, competência, sensibilidade estética demonstrada por Frederico Lourenço. Pessoalmente sou um entusiasta do produto final, tal como nos chegou às mãos, e aconselho a sua leitura, vivamente, a todos. Com as minhas sinceras felicitações, fico à espera da prometida tradução da *Iliada*.

José Ribeiro Ferreira

*Constituição dos Atenienses e Os Económicos* (Lisboa, 2003 e 2004). Duas obras de Aristóteles traduzidas e comentadas por Delfim Ferreira Leão.

Delfim Leão interessa-se pela teoria política há vários anos. Prova-o a tese de Doutoramento sobre Sólon, precisamente intitulada *Sólon. Ética e Política*, defendida em Coimbra, em 2000, e publicada pela Fundação C. Gulbenkian, na colecção "Manuais Universitários", em 2001.

Desse interesse nasceu, naturalmente, a ideia de proceder à tradução da *Constituição dos Atenienses* de Aristóteles, publicada na colecção "Textos Clássicos" da mesma Fundação C. Gulbenkian - a primeira que dessa obra, na íntegra, em Portugal se apresenta. Temos que saudar esta tradução, pelo seu relevante interesse como fonte para o estudo da democracia ateniense e também por ser da única *politela* que nos chegou, quase completa, das 158 compostas na escola do Estagirita e preparadas sob e sua orientação.

Na breve introdução que precede a tradução, Delfim Leão começa por abordar, de forma sucinta, a descoberta do texto e sua publicação (pp. 1-3): em 1879, Blass edita os dois fragmentos de papiro do Aegyptisches Museum, de Berlim; em 1891, F.G. Kenyon publica a *editio princeps* da *Constituição dos Atenienses*, baseada num manuscrito existente no British Museum, de que sairiam mais

três edições, melhoradas, até 1903. Refere o entusiasmo que a descoberta despertou e faz a história do texto, os estudos, edições e comentários até à edição de M. Chambers (Leipzig, Teubner, 1986), o texto seguido na tradução, e o pormenorizado comentário de P. J. Rhodes, *A Commentary on the Aristotelian Athenaion Politeia* (Oxford, 1985).

Apesar de breve, a introdução discute, de seguida, o debatido e complexo problema da autoria e datação da *Constituição dos Atenienses*, apontando os argumentos a favor e contra a autoria aristotélica (pp. 3-6). Acaba por afirmar, quanto à autoria, com a cautela aconselhada em assunto tão controverso, que é um trabalho «'aristotélico', ao menos em espírito» (p. 4). Quanto à data (pp. 5-6), depois de aludir aos muitos problemas que a matéria implica, aceita a datação da redacção definitiva entre 329 e 322 a.C.

A alínea seguinte, relativa à *Constituição dos Atenienses* no contexto do debate constitucional (pp. 6-13), Delfim Leão observa que, compilada e composta já numa altura em que a reflexão e teorização política tinham dado avanços significativos, a obra reflecte esses avanços, «tanto a nível da abordagem teórica das diferentes formas de governo, como no campo da sua realização histórica» (p. 6). Por fim, faz rápida referência às teorias políticas de Heródoto, Platão e Aristóteles: as três formas de governo de Heródoto; as cinco de Platão, pela divisão da monarquia e da oligarquia, em regime positivo e negativo; e as seis em Aristóteles com a divisão também do regime da multidão em democracia e *politela* ou timocracia. Paralelamente procura também dilucidar a noção e os multimodos sentidos de *politela* (p. 12). Trata-se de um resumo breve, mas feito com cuidado e segurança, focando os elementos necessários para seguir a evolução descrita na *Constituição dos Atenienses* e compreender as afirmações de Aristóteles.

A secção final da breve introdução, relativa à estrutura da obra (pp. 13-16), vai precisamente apresentar, de forma breve, o conteúdo da *Constituição dos Atenienses*, que aparece dividida em duas partes. O texto chegado até nós está incompleto, já que lhe falta o início, correspondente à história de Atenas anterior à referida tentativa tirânica de Cílon que data já de cerca de 632 a. C. Desse texto perdido, apenas restam fragmentos, cuja tradução, acertadamente, Delfim Leão nos dá no final (pp. 131-135). Assim, a primeira parte do texto que possuímos descreve a história da evolução constitucional e política do Estado ateniense, apenas desde a referida tentativa tirânica de Cílon, em 636 ou 632 (cap. 1), até à deposição dos Trinta Tiranos e segunda restauração do regime democrático, em 403 (41.1), com um resumo final dessa evolução (41. 2-3). A segunda parte, que preenche os restantes capítulos (42-69), descreve a *politela* ateniense no tempo de Aristóteles e o modo como funciona: recenseamento dos novos cidadãos (42); designação dos magistrados, quer por tiragem à sorte, quer por sufrágio directo (43-69). Começa pelo Conselho dos Quinhentos, sorteamento dos seus membros,

presidência, os poderes e funções (43.2-49); aponta diversos magistrados tirados à sorte para mandatos anuais (50-54); especifica os Arcontes, analisados quer de forma individual quer como colégio (55-59); faz uma referência breve aos comissários dos jogos (60) e aos cargos militares, preenchidos por eleição directa (61); e termina com pormenorizada descrição dos tribunais (63-69) - seu sorteamento, tempo disponível para as intervenções; processo de votação, pagamento das presenças.

Trata-se de uma sinopse muito útil para o estudioso, porque lhe permite situar, de imediato, os assuntos pretendidos sem necessidade de leitura completa da obra. Por isso e por ter abordado todos os problemas fundamentais, em sucinta introdução, merece sinceros aplausos.

*Os Económicos*, atribuídos a Aristóteles, também em tradução de Delfim Leão, acabam de sair na Imprensa Nacional - Casa de Moeda, incluído na colecção "Biblioteca de Autores Clássicos", e fazem parte de um projecto de tradução e publicação da totalidade da obra do Estagirita.

A introdução, apesar de breve, aborda as questões que a obra coloca e aclara os assuntos necessários à sua compreensão. Começa por explicar a razão das parcas referências aos *Económicos* de Aristóteles, em comparação com o *Económico* de Xenofonte: menos interessante e informativo do que o opúsculo do autor da *Anábese*; maior interesse, na matéria em causa, do Livro V da *Ética a Nicómaco* e do Livro I da *Política* do mesmo Aristóteles. Apesar disso, e realça-o bem Delfim Leão (p. 12), a abertura do Livro II procura delinear um enquadramento geral da economia, o que não é usual nas obras gregas do género. A este propósito passa a referir, de forma sucinta, as obras anteriores aos *Económicos* que abordam questões ligadas à gestão de recursos (p. 13): Hesíodo (*Erga*), Tucídides, Platão (*República* e *Leis*), Xenofonte (*Económico* e *Rendimentos*). Apesar de Finley negar que Aristóteles chegue a proceder a uma análise do fenómeno económico, faz bem Delfim Leão em sublinhar que são as obras de Aristóteles *Ética a Nicómaco* (Livro V) e *Política* (capítulos iniciais do Livro I) que nos dão uma abordagem mais profunda da questão económica. Como foi também correcta a sua opção em dar os aspectos essenciais dessa abordagem (pp. 14-19), antes de discutir a autoria e de especificar a estrutura e o conteúdo de *Os Económicos*: a virtude e a união na pólis dependem de cada pessoa receber na proporção do que entrega (Livro V da *Ética a Nicómaco*); família e pólis como duas formas naturais de associação e análise das relações sociais de permuta e dos diferentes tipos de transacção (Livro I da *Política*).

No que respeita à autoria, começa, com acerto, por referir o valor modesto do opúsculo e a disparidade interna dos três livros, facto que levou os estudiosos a duvidarem que pertençam à mesma obra (pp. 20-25). Também considero correcta a opção de analisar *Os Económicos*, livro a livro — o terceiro chegou

até nós apenas em versão latina, como vem especificado na introdução (p. 24-25) —, fazendo uma sinopse dos assuntos e discutindo a datação: último quartel do séc. IV a. C, para o I e III Livros, e tempo de Aristóteles, para o II. Daí que, em conclusão final, Delfim Leão penda para uma datação dos *Económicos* nos finais do séc. IV a. C. e considere difícil de sustentar a atribuição do tratado a Aristóteles, preferindo identificá-lo com algum aluno do Liceu (P- 25).

Delfim Ferreira Leão, excelente tradutor, sabe verter para a língua portuguesa, adaptando com clareza e rigor as expressões idiomáticas do grego e do latim, mesmo em textos complexos. Assim aconteceu com a tradução da obra de Marcial que, com José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira, empreendeu e levou a termo, com a publicação do IV volume dos *Epigramas* (Lisboa, Edições 70, 2004), de que faço recensão neste número da revista. Volta a demonstrá-lo nestas duas obras de Aristóteles, um autor que, devido aos nexos nem sempre visíveis do texto - que a cada passo dá a impressão de anotações - se torna difícil de verter. Pois Delfim Leão encontra soluções felizes. Dou, entre muitos outros que podia escolher, dois exemplos retirados da *Constituição dos Atenienses*: a excelente tradução dos fragmentos 5, 6, 34, 36 e 37 West de Sólon, citados no cap. 12 (pp. 36-38); e os capítulos 63-69 (pp. 122-130), relativos à tiragem à sorte dos juizes e funcionamento dos tribunais, até porque, em tempos, tive de me debater com eles, quando pretendi incluir a tradução de parte do passo na *Pólis* (Coimbra, 1995).

As duas obras apresentam uma bibliografia com as edições, comentários e mais significativos estudos publicados sobre cada uma delas - a *Constituição dos Atenienses* no final (pp. 137-142) e *Os Económicos* a concluir a introdução (pp. 27-29). Dão-nos ainda índices, sempre muito úteis para quem deseja encontrar, de modo expedito, os diversificados temas e matérias abordados nas obras e referidos nas notas: a *Constituição dos Atenienses*, um "índice de nomes e assuntos" (pp. 143-150); *Os Económicos*, um glossário de termos gregos e latinos e um "índice onomástico" (pp. 93-98 e 99-100, respectivamente).

As notas, comedidas mas elucidativas quanto baste, fornecem os dados e elementos essenciais à compreensão do texto, à contextualização histórica, à explicação do sentido e importância técnica e cultural de determinados termos. Dou apenas, a título de exemplo, de *Const. Aten.*, a nota 4 (p. 22), relativa aos termos *pelátes* e *hectemoras*, a nota 32 sobre a controversa cunhagem de moeda atribuída a Sólon (p. 35); nota 73, em que discute a atribuição ou não da lei do ostracismo a Clístenes (p. 54); nota 104 (p. 64), relativa às liturgias (*leitourgiai*); nota 255, sobre o serviço de trierarca no séc. IV a.C. (p. 120). De *Os Económicos*, realço a acertada transcrição de termos de índole técnica e cultural em notas de roda-pé e notas de carácter informativo, como nota 1 (p. 35) sobre o sentido inicial de *oikonomía*, nota 6 (p. 36) relativa à importância da autarcia económica e política

na pòlis; nota 33 respeitante à noção de efemeridade do indivíduo e perenidade da espécie (p. 39); nota 61 sobre as Danaides, seu castigo e simbolismo desse castigo (p. 42); nota 35 sobre a diferença entre *psephisma* "decreto" e *nomos* "lei" (p. 53-54); nota 39 (p. 54) relativa aos metecos; nota 77 sobre os diversos sentidos de *dike* (p. 60).

José Ribeiro Ferreira

MARCIAL, *Epigramas IV* (Livros X a XIV: Lisboa, Edições 70, 2004). Introdução e notas de Cristina Pimentel. Tradução de Delfim Ferreira Leão, José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira.

Tu, que lês Edipos ou um Tiestes tenebroso, ou em Roma  
 Cólquidas e Cilas, que lês tu senão desvairios?  
 Que lucrarás com o rapto de Hilas, com Partenopeu e Atis,  
 que lucrarás com o dorminhoco Endimião  
 ou com o menino despojado das asas que se soltam,  
 ou com o ódio de Hermafrodito por águas amorosas?  
 Que prazer tiras dos vãos fingimentos de um mísero papel?  
 Lê isto, de que a vida pode dizer: «É meu.»  
 Nem Centauros, nem Gorgonas e Harpias aqui  
 encontrarás: a minha página tem sabor a homem.

Acabo de citar o epigrama 4 do Livro X, em que Marcial rejeita vários temas mitológicos de que se servia a tragédia, por os considerar irrealis, contrapondo-lhe a sua poesia de coisas simples e do quotidiano que «tem sabor a homem». E com a publicação deste IV volume fica completa a tradução deste poeta cuja obra ressuma vida e acidez.

Abalançaram-se à tarefa - não digo hercúlea, pela banalidade da expressão -, mas nada cómoda de verter os *Epigramas* de Marcial, Delfim Ferreira Leão, José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira, a que as introduções e notas de Cristina Pimentel deram a tônica da especialista e conhecedora deste inconformado autor romano que no fim da sua vida quis terminar os dias na sua Bilbilis, na Hispânia. Saído o primeiro volume em Março de 2000, que incorporava o *Livro dos espectáculos* (traduzido por Delfim Leão), e os Livros I, II e III (os dois primeiros em versão de José Luís Brandão e o terceiro de Paulo Sérgio Ferreira), seguiram-se-lhe os outros em intervalos regulares: no fim desse mesmo ano 2000, em Novembro, é publicado o II volume com os Livros IV, V e VI em tradução de Delfim Ferreira Leão, Paulo Sérgio Ferreira e José Luís Brandão, respectivamente; no ano seguinte, em Outubro, aparece o III volume que colige os Livros VII, VIII e IX, cuja tradução esteve a cargo de Delfim Ferreira Leão, Paulo Sérgio Ferreira e